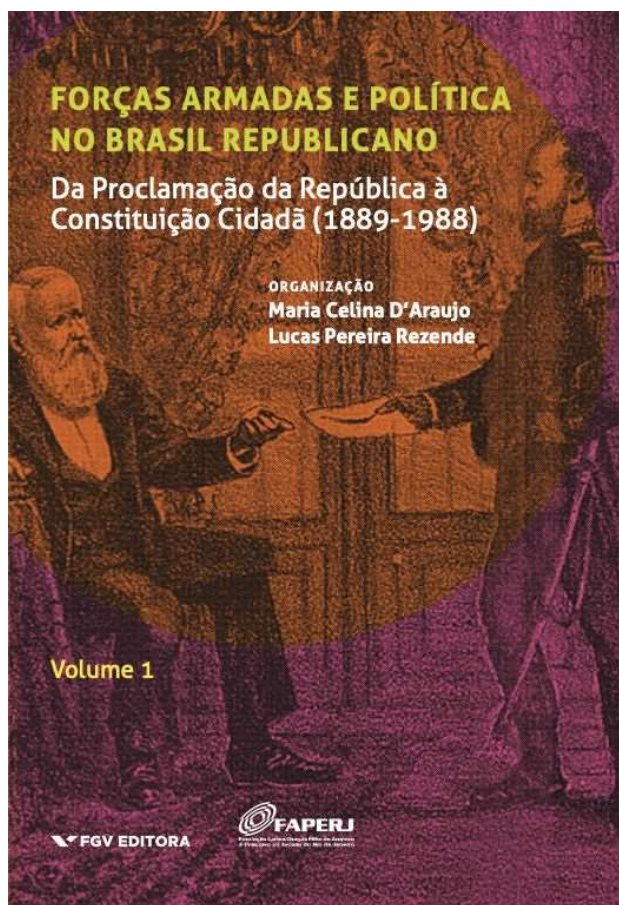


D'ARAUJO, Maria Celina; REZENDE, Lucas Pereira. (Orgs.) **Forças armadas e política no Brasil republicano – vol. 1** da Proclamação da República à Constituição Cidadã (1889-1988). Rio de Janeiro: FGV; FAPERJ, 2024, 280 págs.

APRESENTAÇÃO - vol. 1

Prezadas(os) leitoras(es),

A eleição de Jair Bolsonaro à presidência da República em 2018 e as movimentações políticas das forças armadas brasileiras desde meados dos anos 2010 trouxeram de volta ao centro do debate político do Brasil o papel que os militares têm nas vidas social, política e jurídica do país. Surpresa para alguns, zero novidade para muitos, a interferência dos militares na política brasileira não pode ser pensada exclusivamente como resultado da movimentação política do ex-capitão do Exército e de seu general vice-presidente, Hamilton Mourão. Precisa, sim, ser entendida como parte de um envolvimento histórico dos militares em assuntos políticos desde nossa Independência e, particularmente, durante a República. Pensamos, então, em organizar esses dois volumes sobre as forças armadas na história republicana brasileira como forma de prover uma visão compreensiva dos militares em dois períodos. O primeiro, da Proclamação da República, marcada pelo primeiro golpe de Estado promovido pelas forças armadas no país, até o fim da ditadura militar, entendendo como os militares atuaram no momento da consolidação da vida republicana no país. E, em sequência, um volume inteiro pensado para a Nova República, indo da Constituição de 1988 até a eleição de Bolsonaro, período no qual teríamos uma nova página de comprometimento com a



democracia por parte das instituições brasileiras – o que incluía (ou deveria incluir) as forças armadas.

Para o volume 1, nosso primeiro exercício foi no sentido de reunir uma série de capítulos sobre assuntos que necessariamente terão que ser manuseados por todos que se interessem pelos temas militares no Brasil. Foi nossa preocupação eleger as questões que julgamos essenciais e procurar especialistas em cada uma delas, reunindo, assim, de autores veteranos do campo a uma série de jovens especialistas, especialmente mulheres, passando por diferentes gerações de competentes acadêmicos. Nossa escolha dos autores convidados passou também pela decisão de trazer exclusivamente cientistas civis, não por preconceito ou concepção de que militares não sejam capazes de refletir sobre si mesmos, mas por escolha deliberada como forma de

desconstruir alguns mitos sobre o pensamento e a reflexão sobre as forças armadas no Brasil. Mostramos assim que é falsa a inexistência de civis altamente capacitados para discutir os militares e suas instituições, quebrando-se ainda um arcaico protagonismo masculino para o campo das relações civis-militares e estudos de defesa no Brasil.

Assim, de início, o livro parte de uma escolha dos organizadores que se responsabilizam pelas muitas omissões. Muito mais poderia ser incluído, mas teríamos um livro sem fim, pois a discussão acadêmica, por definição, é sempre incompleta e provisória.

A rica seleção de textos que apresentamos não significa que o que é dito aqui precisa ser lido como receituário do que deve ser entendido como a forma correta de se ler os fatos, conceitos e teses aqui narrados. Não trazemos doutrinas, ao contrário, oferecemos abordagens originais aos temas examinados que permitem às(aos) leitoras(es) eleger o enfoque que melhor se adegue ao seu entendimento a partir de parâmetros críticos e científicos. Está longe de ter a pretensão de ser algo como uma bula ou como respostas únicas, finais, mas tem, sim, a intenção de ser uma seleção abrangente, intelectualmente responsável, instigante e criteriosa, sempre acatando a visão particular dos colaboradores, mesmo que suas interpretações não sejam compartilhadas por outrem ou pelos próprios organizadores. Exemplo mais claro de um debate em aberto na recente política brasileira é a interrupção do mandato da presidente Dilma Rousseff em 2016 – a governante da Nova República que mais oposição recebeu dos quartéis, em especial depois da criação da Comissão Nacional da Verdade, em fins de 2011 (tema que é tratado no volume dois dessa coletânea). Essa interrupção foi chamada

de golpe puro e simplesmente, de golpe parlamentar ou de *impeachment*. Esse embate terminológico, entre outros, está presente nesta coletânea, que respeita a liberdade acadêmica e entende que fatos podem ser revistos à luz de novos conceitos, e que novos conceitos podem alertar para a relevância de certos fatos pouco comentados ainda pela literatura especializada.

Para a introdução deste primeiro volume, Héctor Saint-Pierre faz um balanço do campo das relações civis-militares, que orienta todo o olhar que buscamos trazer nesses dois volumes. Saint-Pierre faz uma regressão importante das sociedades humanas, em especial nas Américas, com seus povos originários pré-colombianos, com foco no que hoje compreendemos enquanto Brasil. O autor parte de um período no qual a ideia da guerra era indissociável do exercício político cotidiano, no qual o indivíduo tupinambá exercia simultaneamente posições sociais e ocupava a função de guerreiro, de homens em armas. Se, nos tempos contemporâneos, os regimes democráticos são estabelecidos com separação nítida entre militares e vida político-social, Saint-Pierre também nos mostra a fluidez do campo das relações civis-militares ao longo do tempo, e de como, hoje, chegamos a um descompasso de desequilíbrio conceitual e prático evidentes no Brasil.

A evolução dos desenhos políticos nacionais com a criação do Estado moderno levou, cada vez mais, à necessidade da separação de campos, definindo, em essência, militares e civis. Era preciso garantir que os cidadãos em armas não se voltassem contra dos demais grupos sociais, abarcados no conceito amplo de civis, e do jogo político doméstico, criando um problema de governabilidade que se concretiza no campo das relações civis-militares. A

riqueza desta introdução está em como o autor apresenta a construção dessa tensão na América Latina, e sobre como a construção deste campo do conhecimento em nossa região difere daquela canônica definida, no século 20, pelo controle civil dos militares, a partir, em especial, da discussão inaugurada por Samuel Huntington nos Estados Unidos da América na década de 1950, e que acabou por consolidar o campo epistêmico na academia. A conclusão inquietante de Saint-Pierre aponta para a necessidade de voltarmos ao momento de ruptura ontológica social na América Latina de definição dos campos militares e civil, no qual foram definidos os papéis que os militares – em especial no Brasil, como colocam quase todos os autores deste volume, em especial no capítulo do saudoso José Murilo de Carvalho – ainda insistem em se autoproclamar de formuladores e mantenedores do conceito de nação.

O recorte temporal desta coletânea foi limitado à República, posto que é a partir daí que as forças armadas, em especial o Exército Brasileiro, começam a despontar como atores políticos de primeira grandeza no cenário político nacional. Com maior ou menor ênfase, as forças armadas foram, desde então, o outro lado da moeda da vida política nacional. Mas essa interface não começou ali. É o que nos mostra o primeiro capítulo, de autoria de Adriana Barreto de Souza, “A Pacificação como Política Fundacional do Exército Brasileiro (1831-1889)”. A autora vai aos primórdios da construção do Exército Nacional após a independência e demonstra que essa instituição se formou ao longo do Império como *primus inter pares* da elite política ao patrocinar ações de combate para a manutenção de um governo central, apesar de discórdias e embates, por vezes cruéis, com populações e elites locais.

Como aconteceu em diversos países até o final do século 19, nobreza e armas eram lados de uma mesma moeda e os exércitos não eram pautados pela profissionalização. Desta forma, a instauração da República tira a nobreza do poder, mas não retira os generais da política. Não por acaso, nossos dois primeiros presidentes foram homens das armas: os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Não por acaso também, a transição para um poder civil se deu sem maiores contestações depois que a República havia sido consolidada, pela força, com o apoio da principal facção da elite política, a oligarquia de São Paulo.

O processo que redundou na Proclamação da República é, na sequência, estudado por Celso Castro no capítulo “Os Militares e o Golpe Republicano de 1889”. Castro demonstra como jovens militares, em geral oriundos da Escola Militar da Praia Vermelha, autodenominada pelos alunos como *Tabernáculo da Ciência* (sic), buscaram dar nova dimensão política à instituição militar. Queriam ir além de um pacto com as elites em que figuravam como parceiros de uma ordem entendida por eles como decadente, e procuravam imprimir a noção de progresso ao país pelas mãos do positivismo de Auguste Comte. Nesta corrente de pensamento, a Proclamação da República era um passo inadiável. Jovens oficiais conseguiram impor sua agenda num atribulado momento em que embates entre os militares e o Gabinete Imperial impunha tomadas de decisões difíceis para D. Pedro II.

Em seu último texto inédito, escrito especialmente para esta coletânea, pouco antes de seu falecimento em agosto de 2023, o imortal da Academia Brasileira de Letras José Murilo de Carvalho, traça, em “O Exército Brasileiro: a Construção

de um Poder Político”, uma linha de continuidade desses jovens militares que protagonizaram o golpe da república com o tenentismo, os revoltosos de 1930 e os golpistas de 1964. Não que haja uma continuidade em termos de coerência desses atores ou de projetos políticos em comum, mesmo porque vários deles estiveram presentes em eventos específicos em lados opostos, ou oscilando de posição contra e a favor do governo. No cômputo geral, contudo, e por caminhos diversos, todos estiveram sempre do mesmo lado, isto é, ao lado de um projeto que visava a dar mais prestígio e poder político para a corporação militar. Não se trata, portanto, de um projeto *sui generis*, mesmo porque em outros países da América Latina ocorreram processos parecidos. Provavelmente, contudo, ao olharmos com a lente de 2024, 60 anos depois do golpe que nos legou duas décadas de regime ditatorial, nenhum outro país da região conseguiu manter essa preeminência dos militares no sistema político de forma tão autônoma, reincidente e duradoura quanto o Brasil.

Revoltas, levantes, marchas, ações congêneres e até uma pretensa revolução comunista (Levante Comunista de 1935) foram parte da vida militar, em especial do Exército, nos anos iniciais da República brasileira. Para além disso, ideologias políticas definidas entraram nos quartéis com sucesso e permanência. Este é o caso do integralismo, objeto do capítulo quatro, de autoria de Leandro Pereira Gonçalves e Odilon Caldeira Neto. Com o texto intitulado “O Integralismo e os Militares: Lógica Interna e Relações Externas”, os autores remontam à criação da Ação Integralista Brasileira (AIB) no início dos anos 1930 e percorrem suas ligações com os militares, especialmente a sedução entre parte deles por uma doutrina de recorte fascista e anticomunista. Ao propor a

criação de milícias em moldes militares com infantaria, cavalaria, engenharia, artilharia e aviação, a AIB planejava criar milícias armadas para a defesa da ordem interna, enquanto as forças armadas ficariam destinadas à defesa externa. O integralismo foi peça chave para o golpe de 1937 por meio do Plano Cohen, um simulacro de projeto de governo comunista encontrado no Estado Maior do Exército. A AIB foi entendida por Getúlio Vargas como uma soberania concorrente ao Estado nacional e, por isso, foi legalmente impedida em seus anseios militares. O *putsch* de 1938 marcou o fim da aliança política dos integralistas com o governo Vargas, mas não significou o expurgo do integralismo e do fascismo dos quartéis. Integralistas notórios estavam presentes no golpe de 1964 e alcançaram postos importantes na ditadura militar. Contudo, ao contrário do que a AIB propugnava, os generais de 1964 tornaram um aspecto da defesa interna a principal função dos militares: o combate ao comunismo.

Da mesma forma que o integralismo é uma categoria analítica pela qual se pode observar uma faceta da vida militar no Brasil, o mesmo se pode falar do comunismo, tão combatido pela AIB. Para abordar esse tópico, temos o capítulo cinco, de Paulo Ribeiro da Cunha, com o título “O Levante de 1935, o Comunismo e as forças armadas”. Para surpresa de muitos comandantes, quando se deu o Levante de 1935, explicitava-se que a ideologia comunista entrara nos quartéis de forma organizada e disciplinada, enquanto na sociedade era ainda um projeto disperso e descoordenado. De fato, duas fortes ideologias que se contrapuseram ao liberalismo no início do século 20, o comunismo e o fascismo, permearam grande parte do imaginário político de civis e militares. Enquanto o

integralismo, o fascismo brasileiro, enfatizava a ordem e o nacionalismo, o comunismo apontava para a igualdade universal e, como tal, seduziu setores sociais das mais diferentes camadas, sempre com ênfase na questão dos trabalhadores explorados e injustiçados. Este clamor chegou aos quartéis. A intensa ação do Partido Comunista e da Internacional Comunista junto à caserna era explícita, e a capacidade de organização clandestina de grupos e editores militares ligados ao comunismo era efetiva. Com hipóteses diversas, o que vemos neste capítulo é que o comunismo foi um fator desestabilizador para as forças armadas, assentadas na obediência e disciplina. Embora sua capilaridade social e seu realismo político fossem precários, a discussão de um Exército subordinado a um partido político internacional despertou a ação organizada do anticomunismo nos quartéis e na sociedade. A influência do comunismo nas forças armadas foi real, embora sua amplitude tenha sido superdimensionada pelo discurso dos militares e seus apoiadores – algo que sobreviveu no imaginário castrense até a atualidade, tendo sido explorado pela retórica bolsonarista.

Um tema menos abordado pela historiografia quando se trata de forças armadas é a Aeronáutica, sua criação e seus enlaces com o poder. É disso que se trata o capítulo seis, “A Criação do Ministério da Aeronáutica e a Invenção da Força Aérea Brasileira”, escrito por André Barbosa Fraga. O autor retrata a criação da Força Aérea no Brasil num momento em que a aviação atingia patamar inédito como meio de transporte, mas, principalmente, como recurso para a guerra e a segurança. Fraga destaca aspectos técnicos e formais, e salienta o cuidado de Vargas em escolher um civil como primeiro ministro da pasta, criada em 1941, o

importante petebista gaúcho Salgado Filho. O mito de origem na nova Força foi também um civil, Santos Dumont, e não um herói militar de nossa história romantizada, como acontecia com o Exército e a Marinha. Lembremos que voar era também uma atividade glamurosa entre a elite daquela época.

A aviação era uma nova área de produção de conhecimento, emprego de tecnologia, de inovação, de guerra e lazer. Exigia que o Ministério da Aeronáutica criasse uma nova carreira e novas escolas para a formação de pilotos militares e civis, estabelecendo, assim, uma formação profissional com amplo recrutamento. Em termos políticos, com a queda do Estado Novo, em 1945, a Aeronáutica teve parte de sua cúpula capturada pela oposição a Vargas. O partido União Democrática Brasileira, UDN, fez do brigadeiro Eduardo Gomes seu candidato às eleições presidenciais em 1945 e 1950. A Aeronáutica teve papel central na crise de 1954, que levou ao suicídio de Vargas, e buscou protagonismo no governo Juscelino Kubitschek por meio de dois levantes. Agente central também no golpe de 1964 e na ditadura militar, foi, das três forças, a que mais expulsou militares de seus quadros no momento posterior ao golpe quando foi feita a “depuração” nos quartéis, como nos relata Fraga.

O capítulo seguinte, “Revoltas militares e instabilidade da Terceira República (1946-1964)”, de Maud Chirio e Mariana Joffily, aborda exatamente um período em que a Aeronáutica já era parte da instituição militar que, por vários caminhos, conseguiu produzir crises e instabilidade ao regime democrático da Carta de 1946. O capítulo começa lembrando como a academia e grande parte da sociedade foram tomadas de surpresa pelo golpe de 1964 liderado pelos militares. Na prática, os que

defendiam a continuidade do governo de João Goulart não se deram conta do quanto a conspiração militar tinha amadurecido nos quartéis desde a eleição de Getúlio Vargas em 1950. As autoras mostram que as fissuras dentro das forças armadas e dentro de cada força eram intensas, mas nem sempre, ou quase nunca, eram superpostas, configurando o que chamam de uma “nebulosa militar”. Temas como petróleo, desenvolvimentismo, liberalismo e nacionalismo poderiam produzir clivagens variadas, todas repercutidas com intensidade dentro do Clube Militar, cujas eleições internas para sua presidência ganhavam as primeiras páginas dos grandes jornais à época. Pronunciamentos e atitudes apoiadas por militares contra a posse de presidentes eleitos foram constantes em 1951, 1956 e 1961 - neste último caso, a posse de um vice.

Forças políticas de várias cores assediavam os quartéis e os chamavam para a disputa eleitoral. Contra a diretiva do Góes Monteiro que, nos anos 1930, afirmou que o Exército não deveria fazer a política da sociedade, como explicado no texto de José Murilo de Carvalho, era isso o que de fato acontecia. A política entrava nos quartéis, produzia desconfiças na cúpula, protestos nos baixos escalões e ameaçava a disciplina, valor sem o qual as forças armadas se tornariam ineficientes e, logo, supérfluas para suas missões precípuas da defesa nacional.

O embate ideológico, com coerência questionável, acabou por consolidar um grupo que se definia organicamente e, acima de tudo, por ser anticomunista. Estes foram os vencedores em meio a um ambiente social dividido: aqueles que supunham que as reformas de base de João Goulart eram possíveis e desejáveis e aqueles que viam nas reformas indício

do avanço do comunismo. As forças armadas voltaram a fazer a política da sociedade, desta feita, com apoio dos quadros mais conservadores e autoritários da Aeronáutica e Marinha. Uma vez no poder, as clivagens políticas não desapareceram, e mecanismos foram produzidos pela ditadura para assegurar a estabilidade e a chefia da República, além de acomodar as fortes tensões internas. Este é o tema de Octavio Amorim Neto e Igor Acácio no capítulo oito, “Limitações aos mandatos presidenciais sob o regime militar: uma solução para as divisões políticas dentro das forças armadas”.

O regime militar brasileiro foi o mais longo dos governos militares listados pelos autores em vários países do globo, e que se instauraram pela América Latina a partir dos anos 1960. A duração desses governos tem a ver com o uso da força bruta, mas, principalmente, pela construção de uma arquitetura institucional que permitiu gerir a competição acirrada entre as forças e dentro da cúpula militar. Um deles, e o mais importante para os autores, foi a limitação do mandato presidencial, evitando o personalismo do poder e permitindo um acordo para a rotatividade entre grupos dentro dos quartéis. Era visível desde o início da ditadura que havia os mais radicais, que protagonizaram maior repressão, e aqueles menos radicais, vulgarmente conhecidos, respectivamente, como duros e moderados. No cômputo geral, ambos se uniam pela lógica de preservar o regime de exceção com aparência de legalidade, combater o comunismo e preservar uma imagem coesa das forças armadas frente à sociedade. O estabelecimento de mandatos e a manutenção de um Legislativo em funcionamento na maior parte do tempo produziu uma institucionalidade que

operou como forma de atenuar as disputas entre as facções militares.

Para o entendimento do impacto do golpe de 1964 e como se configurou a ditadura é preciso compreender o ordenamento jurídico trazido pelos governos militares, fundamentados nos atos institucionais, incluindo aí o mais rigoroso instrumento da ditadura, o AI-5. Este tema é explorado por Maria Celina D'Araujo e Mariana Joffily no capítulo 9, “O Golpe de 1964, os Atos Institucionais e o Fechamento do Regime”. As autoras apresentam como o pensamento de libertar o país da esquerda, que retornou com o antipetismo nos anos bolsonaristas, foi um importante norte instrumental para as instituições repressoras da ditadura militar. Ainda que buscassem travestir de legalidade a opacidade de seus atos, os atos institucionais simbolizaram o que houve de mais arbitrário nas quebras dos direitos civis, políticos e humanos entre 1964 e 1985.

D'Araujo e Joffily discorrem então sobre como o regime foi paulatinamente convergindo para um aparato cada vez mais excepcional e repressor, desde o golpe em 1964 até a *ultima ratio* do AI-5, em fins de 1968, que culminou consolidando o aparato repressor que garantiu a estabilidade do regime na década seguinte, até o início do processo de abertura no final dos anos 1970. Os atos institucionais, para além da ambiência da legalidade, firmaram os militares como agentes protagonistas da ditadura garantindo a submissão do poder civil – ainda que tenham contado, durante todo o período, com apoio por parte da elite civil, incluindo os principais meios de comunicação do país. Ainda que em 1969 outros doze atos institucionais tenham sido editados, nenhum organizou tanto os anos de chumbo quanto o de nº 5. Apenas a partir

da presidência do general Emílio Garrastazú Médici, com o aparato repressor estabilizado, os atos institucionais deixam de ser emitidos, mas seus efeitos no estado de exceção foram duradouros por sua ampla ação, posto que podem ser divididos em diferentes categorias conforme apresentado neste capítulo.

No texto seguinte, “A atuação da Justiça Militar durante a era Vargas (1930-1945) e a ditadura militar (1964-1985)”, Angela Moreira Domingues da Silva discorre acerca de aspectos da Justiça Militar nos períodos de ditadura do século passado. Sendo, ao lado das Justiças do Trabalho e Eleitoral, uma das três justiças especiais do país, a Militar existe de maneira ininterrupta desde 1808, sendo, portanto, a mais antiga das três no país. Foi criada ao espelho da Justiça Militar de Portugal, e, ainda que tenha convivido com diferentes constituições e ordenamentos políticos, a crítica ao seu excessivo arcaísmo e protecionismo aparecem de forma contínua, em especial desde a Proclamação da República. Um dos aspectos colocados já no processo constituinte inaugural da República, em 1890, foi, conforme Janot, Succi e Soares enfatizam no último capítulo deste livro, também um tema pouco valorizado na Assembleia Constituinte que redigiu a Constituição de 1988.

Domingues da Silva discute, então, como a estrutura da Justiça Militar herdada do Império, que, por sua vez, foi herdada do período colonial, permaneceu operando até 1920, e cuja alteração estrutural permanece até hoje, mais de um século depois, ainda vigente. O impacto do tenentismo na Justiça Militar fez ainda com que houvesse uma aproximação dessa institucionalização jurídica com temas de ordem política e a temas relacionados à segurança nacional,

temas esses que seguem permeando a agenda da caserna e de sua justiça até os dias atuais. Merece destaque como o ordenamento jurídico militar cresceu e se manteve como importante agente de mediação de disputas políticas domésticas durante a era Vargas. A Constituição de 1934 manteve, por exemplo, a Justiça Militar contra delitos castrenses, mas também manteve o espaço de julgamento de civis em crimes ligados à segurança nacional. É mister notar que, mesmo quando o ordenamento jurídico envolvendo os militares moldou-se aos contextos democráticos, depois do Estado Novo, a ação da Justiça Militar, como braço autônomo do Poder Judiciário, continuou tendo ampla conexão com a vida civil e política. É essa estrutura varguista centrada na segurança nacional que chega ao período da ditadura militar, desta feita com poderes ampliados, com novo Código Penal Militar (1969) e com expansão das capacidades da Justiça Militar, conforme o capítulo primeiro do segundo volume desta coletânea.

Após dez anos de ditadura militar, pressões internas e externas às forças armadas começavam a demandar um processo de abertura política. Diferentemente de outros países latino-americanos que colocaram fim aos seus regimes autoritários nas últimas décadas do século 20, Carlos Schmidt Arturi apresenta, no capítulo 11, “Os Militares e a Abertura Política no Brasil (1974-1985)”, como o Brasil foi o país onde houve um maior controle da caserna sobre o processo de transição. Na sua última década de vida, a ditadura começou a ser desconstruída de forma “lenta, gradual e segura”, tal qual proposto pelo presidente do período, o general Ernesto Geisel. Tal decisão se deu pela própria disputa de poder interna dentro do regime, com três visões em disputa. Os castelistas, herdeiros do

general Castelo Branco, o primeiro presidente da ditadura, temiam o crescimento do poder paralelo dos órgãos de repressão frente aos próprios militares, além de temerem, por sua visão liberal-conservadora, a manutenção de um longo regime militarizado. E, por fim, havia ainda a preocupação, por parte das lideranças militares da linha-dura, de queda da legitimidade da ditadura com o fim do chamado milagre econômico brasileiro.

A partir de um estudo sobre as elites políticas militares e civis do período, assim como da oposição, o capítulo conclui que, como consequências da transição tutelada pelas forças armadas, o primeiro governo civil após o regime, de José Sarney, sofreu fortes constrangimentos dos militares. E, dificultando ainda mais a consolidação do regime democrático na Nova República, a continuidade da elite civil autoritária na vida política e de regimes excepcionais e benevolentes às forças armadas legaram ao Brasil a manutenção da centralidade dos militares na política nacional até os dias atuais, confirmando a dependência de trajetória iniciada a partir do golpe republicano.

Essa autonomia militar é, na sequência, explorada no capítulo “Uma Constituinte Heterônoma frente às forças armadas”, de David Succi Jr, Mariana da Gama Janot e Samuel Alves Soares, que encerra o primeiro volume desta coletânea discutindo como a construção da Constituição Cidadã de 1988 tratou a caserna de maneira excepcional, permitindo-lhes a manutenção de sua autonomia. O período da constituinte foi, então, marcado pelos aspectos de tutela dos militares, pela eleição indireta para presidente, pelo garantismo do governo pouco legítimo de José Sarney, com o falecimento de Tancredo Neves, e, por

fim, pela autonomia das forças armadas do poder político civil de então.

Esse desequilíbrio das relações civis-militares deu-se, segundo Succi, Janot e Soares, por uma série de motivos, e foi o responsável pela dificuldade da consolidação do regime democrático na Nova República, em temas ligados: à transição tutelada; ao fato de o poder civil enxergar os militares como instância última de ferramenta política, quando as instituições civis não são suficientes para resolver determinada questão - o que leva o poder civil a não limitar a autonomia militar; à falta de interesse da classe política, através dos poderes Executivo e Legislativo, por assuntos da Defesa Nacional, o que leva a um sequestro dessa agenda pelas forças armadas; à sensibilidade do poder civil aos temas de segurança pública, o que o faz manter os militares como *ultima ratio*; e ao autoproclamado poder de proteção do Estado e da sociedade contra ameaças internas. Tudo isto levou à incapacidade de consolidação do controle civil sobre os militares, o que permitiu que o papel das forças armadas abarcasse aspectos que deveriam ser do poder político, levando a um poder de fato maior do que o estabelecido pela Constituição. Isto as faz agentes de um ordenamento social injusto e excludente, cujo ápice aconteceu durante o governo de Jair Bolsonaro.

Após uma revisão do texto constitucional, de suas revisões e de leis complementares, o trio de autores conclui que a manutenção dessa autonomia não apenas impede que as relações civis-militares sejam mais equilibradas no Brasil, mas também tem por consequência a própria incapacidade de consolidação da democracia no país – o que foi reavivado com o retorno das forças armadas ao protagonismo político

a partir do início da segunda década do século 21.

A conclusão do capítulo final reafirma, em essência, nosso propósito com a organização deste livro, que é a urgência de um olhar crítico não apenas para a atuação política dos militares, mas também para uma reavaliação necessária sobre as próprias instituições, instrução, doutrinas e *ethos* corporativo das forças armadas brasileiras.

Retomando a inquietante introdução de Saint-Pierre neste volume, buscamos aqui apresentar textos que nos permitam um olhar crítico para as relações civis-militares no Brasil contemporâneo, e a raiz dos reflexos da caserna na vida política desde o golpe militar que inaugurou República brasileira. Se, como apresenta Saint-Pierre, é preciso repensarmos os papéis sociais que os militares têm no país, é também urgente que tenhamos cada vez mais civis atentos aos aspectos da defesa nacional, que não podem, não devem e precisam urgentemente deixar de ser assunto exclusivo dos militares. A apreciação crítica dos papéis assumidos pela caserna ao longo do primeiro século da era republicana nos mostra os limites evidentes das forças armadas de pensarem não apenas a defesa nacional e o uso da força dentro e fora dos contornos fronteiriços do Brasil. Mas nos mostra também o desafio de construir relações civis-militares equilibradas, forças armadas democratizadas e um maior interesse e participação da sociedade civil nos temas ligados à defesa nacional brasileira.

Ao revisitar os anos entre a Proclamação da República e a promulgação da Constituição de 1988, os capítulos deste volume trazem à tona os aspectos históricos, formativos e contínuos do protagonismo militar na política brasileira, o que fundamenta a discussão

do volume 2 desta coletânea, que trata do papel das forças armadas na Nova República até a sua chegada ao poder novamente, através do voto, via Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão – ambos militares da reserva.

Agradecemos a todas(os) as(os) autoras(es) que gentilmente contribuíram para este livro, assim como à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), que financiou a publicação dessa coletânea, e à Editora FGV, pela bela publicação que ora lhes apresentamos. Esperamos que as(os) leitoras(es) deste volume aproveitem esses textos que, com tanto afínco e atenção, selecionamos para vocês. Pensar o papel dos militares na vida política nacional não é apenas exercício histórico e reflexivo, mas

também preparatório para a formação de visões críticas e bem-fundamentadas sobre o que queremos para a consolidação da democracia e o futuro da agenda política brasileira.

Dedicamos este livro ao querido José Murilo de Carvalho, um democrata que, mesmo nos difíceis anos da ditadura militar, jamais se furtou a produzir reflexões que inspiraram e orientaram gerações de pesquisadores do Brasil e suas forças armadas.

Desejamos a todas(os) uma boa leitura!

**MARIA CELINA D'ARAUJO e
LUCAS PEREIRA REZENDE**

Rio de Janeiro (RJ) e Belo Horizonte
(MG), janeiro de 2024.